

NOVA REPÚBLICA

O alerta dos empresários ao governo

Apesar da predisposição em apoiar e colaborar com as metas estabelecidas pelo presidente José Sarney em seu pronunciamento de segunda-feira, empresários e sindicalistas de diversos setores fizeram ontem um alerta: ou se implementa logo as idéias contidas no pronunciamento ou ele poderá transformar-se num "grande vazio".

Em relação à questão externa, por exemplo, o vice-presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiersg), Dagoberto Godoy, acha que qualquer recado do governo aos credores somente terá êxito "mediante uma coesão interna". Por isso ele acha importante a proposição do presidente, para um grande acordo nacional, conforme relata à repórter Jane Filipon. "Sem isto o discurso cairá no vazio, da mesma forma que em governos anteriores, pois, sem apoio popular, nenhum país poderá ir às últimas conseqüências numa mesa de negociações."

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, Horácio Cherkassky, disse não ter visto no discurso "nenhuma proposta concreta e objetiva". Ele entende que o momento é de realizações e "não de manifestações e discursos bonitos que não resultem em realizações concretas". Cherkassky, em conversa com o repórter Lázaro Evair de Souza, afirmou

ainda que o Brasil está chegando a uma verdadeira "economia de guerra" e que se faz necessário, neste momento, medidas concretas.

Já o presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal, concorda com as posições de Sarney a respeito da estatização e recomenda um tratamento de choque para conter o avanço do Estado na economia. Em conversa com o repórter Eimar Magalhães, Temporal assinala que o País não terá condições de seguir seu próprio caminho enquanto as contas externas continuarem "amarradas".

AGRICULTURA

O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, disse à repórter Wanda Jorge que a fala do presidente "está perfeitamente afinada" com as pretensões de aumento de produção e produtividade agrícola pregadas pela entidade que preside. Ele só discorda dos números sobre a propriedade agrícola apresentados por Sarney durante o pronunciamento, pois acha que os dados do INCRA "estão defasados e não têm mais credibilidade".

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Luiz Roberto de Andrade Ponte, achou "pertinente" o discurso do presidente José Sarney, elogiando a sua opção pelo social. A seu ver, o País já alcançou uma renda per

Um tom de firmeza

por Waldo Nogueira de Salvador

O pronunciamento de José Sarney mostrou que o presidente fala uma linguagem que o povo pode entender, disse em Salvador o presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e do Grupo Barreto de Araújo, Orlando Moscozo Barreto de Araújo. "Isso significa que Sarney é um arauto da liberdade. Na sua fala, entretanto, em certo momento ele não conseguiu, pelas colocações feitas, esclarecer devidamente aquilo que o povo deseja entender."

A política do governo para combater a inflação, por exemplo, foi abordada, mas sem nenhuma afirmação, segundo Orlando Moscozo. Não foi esclarecido igualmente a política do governo para incentivar o aumento da produção agrícola e industrial nem definida a posição oficial em

relação à reforma agrária, conforme o empresário baiano.

"Tudo isso ficou um pouco no ar, mas sua mensagem de otimismo deixou no povo a certeza de que o governo vai acabar resolvendo tais problemas", disse o presidente da FIEB. "De modo geral, sua fala foi altamente positiva para a atual conjuntura, notadamente o posicionamento forte no que se refere a eventuais ingerências internas na nossa economia."

O economista Ronald Labato, superintendente do Instituto Miguel Calmon de estudos econômicos e sociais (Imic), fez uma análise semelhante ao assinalar que Sarney, além de reafirmar os compromissos da Aliança Democrática, "subiu um tom" na afirmação de que não admitirá pressões do FMI, mas não avançou no campo da contenção dos juros e do déficit público.

Para Labato, o Brasil preci-

capita significativa, bastando uma melhor distribuição da riqueza para a erradicação da miséria absoluta, situação que atinge grande contingente de nordestinos, principalmente. Ele tem dúvidas, no entanto, conforme relata o repórter Milton Wells, quanto aos instrumentos a serem utilizados para que o gover-

no possa alcançar seus objetivos, lembrando que os programas de assistência social muitas vezes são desvirtuados com o desvio de recursos.

Para o empresário Isaac Ruben Barpal, presidente da Westinghouse do Brasil, o discurso de Sarney não foi muito claro quanto à definição da política econômi-

ca. "Estou acostumado a posições explícitas e bem definidas", disse ele à repórter Laura Knapp, referindo-se aos pronunciamentos dos presidentes dos EUA. "Sarney falou sobre gastos nas estatais, por exemplo, mas não explicitou como serão feitos."

Já o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Firmino Rocha de Freitas, afirmou que no discurso pode se vislumbrar a política econômica a ser adotada pelo País. Freitas acha possível crescer 5% neste ano e disse ter

gostado principalmente do tom "humilde" do presidente.

Na área trabalhista o discurso do presidente mereceu elogios tanto da Central Única dos Trabalhadores (CUT) quanto da Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat). O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, afirmou que está disposto a organizar manifestações de apoio ao governo federal para respaldá-lo num endurecimento de posição nas negociações com o FMI, desde que ele e todo o sindicalismo brasileiro sejam chamados para discutir em que termos se pretende negociar com os credores internacionais, conforme relata a agência Globo.

O secretário geral da CUT, Paulo Renato Paim, por sua vez, elogiou a forma corajosa do presidente da República em revelar os dados da enorme concentração de renda existente tanto na cidade quanto no campo. "O governo sempre quis esconder esta realidade, mas se efetivamente o presidente Sarney estiver disposto a resgatar a dívida social, precisa revelar o porte dela", explicou Paim à repórter Jane Filipon.

"Os cortes anunciados até agora não nos permitem antecipar um recuo das taxas de juros a curto prazo. Acho que no segundo semestre deste ano o governo ainda terá de fazer um grande esforço de colocação de títulos públicos no mercado." Com estas palavras o economista Celso Martone comentou, ontem, o pronunciamento do presidente José Sarney, conforme relata a repórter Maria Angela Jabur.

Os próximos passos de Sarney

por Walter Marques de Brasília

Já estão virtualmente definidos os próximos passos do presidente José Sarney. Eles deverão desdobrar pragmaticamente as diretrizes da política econômica e social lançadas no seu pronunciamento à Nação, na última segunda-feira.

Não deverá demorar muito para que o presidente da República formule propostas concretas para o grande acordo nacional, um compromisso com prazo definido de 120 dias, no qual empresários, trabalhadores, partidos políticos, entidades civis e o governo deverão assumir a "divisão do ônus" para superar a crise econômica e devolver à economia a perspectiva de médio prazo.

Uma alta fonte do Palácio do Planalto, ouvida ontem por este jornal, esclareceu que, em todos os encontros que manteve no processo de consultas que antecederam ao seu pronunciamento, José Sarney sempre insistiu na necessidade do estabelecimento desse compromisso nacional. Agora, a curto prazo, o presidente, conforme a fonte, deve colocar num papel a sua própria concepção do acordo nacional e submetê-la às lideranças mais representativas daqueles segmentos da sociedade.

Os próximos passos do presidente da República nesse rumo, segundo um de seus mais categorizados assessores, estão balizados claramente no próprio pronunciamento de José Sarney, e tudo segue a lógica econômica elementar de que todas as empresas trabalhem com três variáveis fundamentais: preços, salários e juros.

O presidente afirmou enfaticamente que é seu objetivo tomar medidas que levem a uma redução da taxa de juros. Contudo, a escolha dos instrumentos tem de ser estudada com extrema cautela, pois, conforme a fonte, é fácil fazer com que os juros caiam, mas isso é muito delicado.

Observa-se no Planalto que, se a baixa dos juros não decorrer de uma decisão solidamente fundamentada, o governo poderá verse na contingência de voltar atrás e elevar a taxa de juros depois de algum tem-

po. O presidente não quer expor-se a este risco.

Contudo, na área dos salários e dos preços, José Sarney não poderia ter sido mais claro do que foi em seu pronunciamento. Ele deixou claro que o controle dos preços deve ser "seletivo e severo" e também afirmou sem rodeios que "aqueles que pretenderam competir com a inflação reajustando salários e preços acima de seus índices, foram derrotados e provocaram o caos".

Em outras palavras, os salários não podem subir acima da inflação e os reajustes dos preços também não devem ultrapassá-la. Já estão, segundo um dos mais íntimos colaboradores de José Sarney, as chaves para o acordo nacional que deverá ser proposto brevemente pelo presidente da República às lideranças trabalhistas, empresariais e partidárias. Resta

apenas definir, além dos produtos cujos preços serão contidos nos limites da inflação, o prazo pelo qual o presidente irá propor à sociedade essa trégua social.

Em outros termos, se o acordo for aceito por todas as partes, durante quatro meses, a partir da assinatura do pacto, nem preços, nem salários subiriam, o governo teria então espaço para atacar a questão dos juros e as empresas fôlego para planejar e recobrar a perspectiva de médio prazo. O maior problema agora é identificar interlocutores. Essa dificuldade diz respeito basicamente aos empresários e aos trabalhadores. No caso destes últimos, a questão é mais séria, pois o movimento sindical segue em São Paulo, lideranças mutuamente excludentes, de um lado Joaquim dos Santos Andrade e de outro Luís Ignácio Lula da Silva.

"Vitória parcial no combate à inflação"

por Yves Léon Winandy de São Paulo

O governo José Sarney já alcançou uma "vitória parcial" no plano econômico, conseguindo diminuir o ritmo de crescimento da inflação. "Ele está conseguindo derrubar a expectativa de uma inflação crescente", afirmou ontem, em São Paulo, Hélio de Mendonça Lima, diretor-presidente da Credicard S.A., Administradora de Cartões de Crédito (previsto de um movimento de compras da ordem de US\$ 380 milhões, neste ano).

O executivo comentava o discurso do presidente da República levado ao ar, segunda-feira, em rede nacional de rádio e televisão. Pronunciamento que considerou essencialmente doutrinário, com uma explanação dos princípios básicos que norteiam seu governo e sem nenhuma informação sobre medidas a serem tomadas pela administração pública. "Ele não mostrou nenhuma ação", avaliou. "O ambiente da economia democrática existente, hoje, implica a necessidade de muita discussão antes de as decisões serem tomadas", disse Hélio de Mendonça, que acumula o cargo de vice-presidente do Citibank, um dos três sócios proprietários da Credi-

card, juntamente com o Banco Itaú e o Unibanco. Assim ele justificou a falta de informações sobre medidas práticas no discurso do presidente. "Ele gerou mais um debate sobre os cinco pontos que levantou (e que considera fundamentais para um pacto nacional)".

Para o executivo, "acabou a era dos pronunciamentos de impacto. As decisões vão ser tomadas gradualmente, após muita discussão". Hélio de Mendonça é de opinião que essa nova postura do governo tem de ser levada em conta em qualquer avaliação de seu desempenho atual. "Tenho a impressão de que há uma falsa sensação de que há pouca decisão, pela falta de impacto", disse, acrescentando: "Acho que já se tomaram decisões sobre linhas mestras (como a que levou à derrubada da expectativa inflacionária)".

"Havia uma expectativa de uma taxa de inflação de 12%, em julho. Ela dificilmente chegará a 9%", exemplificou. "Fechar mais esse trimestre com um índice inflacionário abaixo dos dois dígitos é uma vitória parcial. Nós, da Credicard, começamos o ano com uma previsão anual de inflação entre 280 e 300%".

PMDB defende o presidente

por Márcio Choer de Brasília

O presidente José Sarney "está muito satisfeito com a repercussão e os comentários feitos sobre seu pronunciamento". A impressão foi colhida pelo secretário geral do PMDB, deputado Roberto Cardoso Alves, que com o presidente tomou o café da manhã, ontem.

No Congresso, o presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e o líder do governo, Pimenta da Veiga, rebateram as críticas de que o pronunciamento foi genérico. "Um discurso abrangente como este não comporta detalhes", respondeu Ulysses.

"Não há ainda questões objetivas a serem criticadas", disse Pimenta da Veiga, para quem Sarney foi direto onde precisaria ser, "sem chegar ao triunfalismo irresponsável, o presidente foi otimista como deve ser o homem público".

O deputado Roberto Cardoso Alves descreveu a fala presidencial como "um discurso de poeta". A maneira como seus objetivos serão atingidos, interpreta o secretário pemedebista, "será decidida pelos agentes de seu governo e pela classe política". O mais importante para Cardoso Alves, porém, "foi o presidente definir a sua posição de centro com uma opção pelos pobres, ou seja, olhando para a esquerda".

O deputado enalteceu, também, a decisão de desestatizar o País e fortalecer a empresa privada, "única forma de se desenvolver a área social". Ulysses Guimarães também disse ter gostado do destaque dado ao "poder criador e imaginativo da iniciativa privada", mas ressaltou que "isso não a desvincula de seus compromissos para com a sociedade".

Dentre os méritos do pronunciamento, o presidente pemedebista destacou "a fixação das prioridades do governo, hierarquizando os problemas a serem resolvidos". A ausência de "lamú-

rias", segundo Ulysses, mostra a confiança do presidente em que o "Brasil e os brasileiros são maiores que seus problemas".

"O adeus à recessão", segundo o deputado, "foi uma opção refletida" e o "desenvolvimento moderado" de 6% ao ano "é do programa do PMDB", porque, enquanto "o País protesta contra as injustiças externas, como altas taxas de juros, protecionismo e outros, internamente, ele age com a maior crueldade para com sua pobreza e o crescimento está conectada com a luta contra a pobreza", concluiu.

Submeter-se ao pagamento da dívida externa "sacrificando o desenvolvimento nacional", insistiu Ulysses, "seria entreguismo, seria abdicar da nossa soberania". Organismo nenhum, "por mais importante que seja", complementou Pimenta da Veiga, "pode obrigar uma nação à recessão".

Ao referir-se à menção de Sarney à reforma agrária, Ulysses Guimarães concordou que "esse problema não pode ser resolvido de maneira arbitrária, porque o problema da alimentação está aí". O dirigente partidário, entretan-

to, não duvida de que tudo dará certo, "porque quem procura o bem, sempre acha, assim como quem procura o mal também acha". O estilo presidencial, "de estudar, ouvir e procurar o bem da Nação" é exemplar porque "o trabalho a tudo vence".

A idéia de que o indivíduo tem de se defender contra o Estado é hoje superada, segundo Ulysses, pela certeza de que "o indivíduo tem de estar junto ao Estado e influir, tornando-se um instrumento que reprime as injustiças sociais".

Quando ao fortalecimento da Federação, exaltado por Sarney, o presidente da Câmara recorreu ao exemplo dos Estados Unidos, "onde se vivem duzentos anos de uma federação sem hiato na sua democracia". Esse fortalecimento, porém, condicionado a uma reforma tributária justa não pode ser automático, "uma vez que essa transferência de recursos é demorada e complicada porque necessita também de uma transposição de deveres".

Mas uma Federação forte", ensina Ulysses, "é a melhor receita para evitar quarteladas, já que, para um golpe, seriam necessários 25 tiranos".

O pronunciamento foi "correto e preciso"

por Milton Wells de Porto Alegre

O governador Jair Soares considerou o pronunciamento do presidente José Sarney "correto, simples e preciso". Mas colocou dúvidas sobre a implementação das medidas anunciadas, principalmente no controle do déficit público e na melhor distribuição da riqueza nacional. "O presidente Sarney precisará de mão forte para que se alcance, na prática, a abertura econômica e social desejada pela Nação", disse Soares. A seu ver, a abertura econômica está diretamente ligada à alteração do atual sistema tributário que vem penalizando, segundo disse, os estados e

municípios. Se o Brasil atingir a meta de crescer entre 5 e 6% em 1985, ele acredita que também os estados lucrarão com isto, obtendo condições mais flexíveis para arcar com suas despesas. "Eu sempre afirmei que não adiantava ao governo promover apenas a abertura política, sem que simultaneamente houvesse a abertura econômica", afirmou.

O deputado Nelson Marchezan, por sua vez, acha que, desde a sua posse, pela primeira vez o presidente José Sarney assumiu o comando político do País, apesar das atuais divergências administrativas entre os Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

REUNIÃO

Em debate, a crise do partido

por Márcio Choer de Brasília

Para deliberar sobre o caso das convenções que não cumpriram a regulamentação eleitoral — Camargo Grande, Maceió e dois municípios da Bahia —, reúne-se hoje a Comissão Executiva Nacional do PMDB. O debate, no entanto, promete derivar para o candente confronto entre as alas moderada e progressista do partido, simbolizado pela crise que se verifica em Pernambuco.

Com o apoio do secretário geral do partido, Roberto Cardoso Alves, o deputado Walber Guimarães quer uma atitude de direção pemedebista contra deputados da ala esquerda "que perdem nas urnas e querem melar o jogo". Walber quer a destituição dos vice-lderes Ayrton Soares e Jorge Uequed, que pretendem ir a Recife fazer campanha pelo ex-pemedebista Jarbas Vasconcelos, hoje candidato pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). "Não me submeto a líderes de infidelidade partidária", disparou Walber Guimarães.

Os moderados arremetem-se também contra os parlamentares comunistas, hospedados no PMDB e que, apesar da legalização do PCB e do PC do B, permanecem dentro do partido com objetivos eleitorais. "A dupla militância é uma indignidade política", acusa o secretário geral do partido.

Para sindicalistas, o discurso foi positivo

por Marina Takiishi de São Paulo

A generalidade no tratamento dos temas abordados pelo presidente José Sarney em seu discurso levado ao ar em cadeia de rádio e televisão, na segunda-feira, foi o ponto em comum lembrado pelos sindicalistas ouvidos por este jornal.

Já a forma como foi enfocada a questão da dívida externa desencadeou diferentes opiniões. Para Luís Antônio de Medeiros, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, "no global, o discurso foi positivo, porque lançou uma mensagem de otimismo para enfrentar o principal problema, que é a dívida externa. Ele resgatou a mensagem deixada pelo ex-presidente Tancredo Neves de não se pagar a dívida à custa do desemprego, do arrocho salarial e de um modelo econômico recessivo".

Mas para Jacó Bittar, di-

retor de relações internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), não há como compatibilizar o pagamento da dívida externa com a proposta de não impor novos sacrifícios à população.

"A proposta não satisfaz os trabalhadores, que têm posição a nível da América Latina de não se pagar a dívida", disse Bittar, que retornou, no último domingo, de Havana, Cuba, onde participou da primeira conferência dos sindicalistas sobre o tema.

Medeiros entende que a opinião pública reagiu de forma "simpática" a fala do presidente, o que é uma coisa muito positiva, "pois é preciso dar força a ele, que tem demonstrado interesse em superar os principais problemas do País".

E o dirigente sindical da CUT destacou que o que falta a Sarney é justamente essa "credibilidade" da população. "Simpatia não é uma confiabilidade", acrescentou Bittar.

CONTA DE INVESTIMENTO IOCHIFE. UM BOM PARTIDO PARA O SEU DINHEIRO.